**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO**

 **DO PARQUE ESTADUAL ITAPUÃ**

 **ATA 01/2020**

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e vinte, às dezesseis horas e doze minutos, via ferramenta Google Meet, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária Virtual do Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação, estando presentes conselheiros das instituições participantes e demais interessados conforme lista de presença em anexo. A reunião teve as seguintes pautas: Possível reabertura do parque, que se encontra fechado para visitação desde 18/03; Atualizações sobre os processos de concessão. Conselheira Estela apresenta a proposta de carta de recomendação deste mesmo Conselho, elaborada em discussões entre os membros do Conselho de forma virtual, em manter a suspensão das atividades presenciais e visitação pública até a região apresentar um baixo nível de disseminação e medidas preventivas serem obedecidas para garantir a segurança dos servidores, funcionários e comunidades indígena e não indígena vizinha à UC. Estela lembra que o texto foi elaborado ainda quando o município de Viamão se encontrava com a bandeira laranja de distanciamento controlado, sendo que a partir do dia 23/06 o governo do Estado classificou o município de Viamão com bandeira vermelha. Diz que vai deixar a critério da Gestora definir o título da carta, se “moção”, “manifesto” ou “recomendação”, lê o texto na íntegra para todos ouvirem num segundo slide apresenta uma relação de dados sobre povos indígenas e os impactos da COVID-19, entre condições sociais, econômicas e de saúde, acarretando perdas além de físicas, também culturais. Gestora Dayse informa que Roberta Saldanha, moradora de Itapuã, encaminhou um documento ao Ministério Público contendo a preocupação com a reabertura do Parque o que gerou um expediente do MP encaminhado para o PEI, antes de entrar nos detalhes, a Gestora passa a mensagem da Conselheira Drª Marília (HCI), que justifica sua ausência, pois uma servidora do HCI e moradora da região está com COVID-19, três pacientes do mesmo apresentando sintomas e aguardando testes, dois pacientes isolados na enfermaria apresentando febre alta, que estavam presentes no momento servidores do CEVS, SES RS e Anvisa de Viamão para definir medidas. Dayse retoma sobre o documento citado anteriormente que acrescenta junto com contribuições dos conselheiros sobre a fragilidade com a empresa terceirizada, problemas com manutenção de áreas e equipamentos, três tratores com defeito, dificuldades que já existiam antes da pandemia e só se agravam com esta situação. Nos últimos quinze dias o gerador da água da Praia de Fora parou e a bomba da Praia da Pedreira também, o que dificulta o serviço de vigilância nesses pontos, o operador de trator que é do grupo de risco da COVID-19 está sendo chamado pela terceirizada a voltar ao trabalho mesmo assim, e informa que está sendo construído um protocolo de reabertura junto a todos os setores do PEI somarem com suas percepções, fala também sobre uma lista de materiais para adaptação dos espaços. Gestora Dayse também lembra de um documento encaminhado à SEMA que foi com a assinatura dela como presidente do Conselho e foi interpretado como sendo de iniciativa própria da Gestora, pedindo contribuições para que não se repetisse. Estela sugere uma lista de assinaturas dos Conselheiros e convidados junto ao documento. Conselheiro Fioreze sugere anexar uma captura de tela da videoconferência para comprovação das presenças, sobre o documento anteriormente lido pela Estela, sugere definir como “recomendação”, embasado nas orientações das amplas esferas internacionais, nacionais, estaduais, locais e levando em consideração as especificidades da região de Itapuã e entorno, fala que é totalmente inviável a atividade presencial, em plena ascensão da curva de contágio e a subnotificação dos dados agravando mais a situação, momento que exige empatia e solidariedade de todos para diminuir os impactos. Roberta Saldanha fala sobre a preocupação que ela compartilha com outros moradores sobre reabertura do PEI durante a pandemia, que conhece a situação da UC, o que ela oferece de recursos e que não considera essencial a reabertura. Gestora Dayse pede então encaminhamento para a questão das assinaturas do documento de recomendação, Luisa Lokschin sugere que seja informado no início do documento a natureza coletiva do mesmo, enviar o regimento e composição é válido, mas que a assinatura da presidência do Conselho é que oficializa o documento conforme as normas da SEMA. Ten. Pivotto informa que as prefeituras do litoral já voltaram a fechar os comércios mantendo somente o essencial de acordo com o decreto estadual, diz que em Porto Alegre sob a bandeira vermelha as praças continuam lotadas, com pessoas de todas as idades, imaginando esse cenário no parque junto à situação que já se encontra o PEI e o entorno é inviável permitir uma reabertura, sugere anexar a captura de tela ao documento enviado à SEMA. Luciano (DUC) fala que os decretos estaduais devem ser seguidos, que estão especificados os critérios para cada tipo de estrutura, mas que também leva em conta as especificidades locais de cada região acredita que a partir da bandeira laranja já não se prevê reabertura dos parques, o plano de abertura é para um momento em que seja favorável uma retomada, para todas UCs, mais Jardim Botânico e Zoológico. Luciano se declara totalmente aberto à comunicação e o Secretário também para escutar as demandas, têm proximidade com o MP pela Drª Roberta Teixeira, também diz que está atento à situação das comunidades indígenas e está dentro de grupos de apoio para garantir uma assistência rápida. Omara (UFRGS) sugere fazer o encaminhamento da pauta, reitera o que Fioreze disse sobre o Conselho Consultivo ter o papel de recomendar e solicitar que o PEI permaneça fechado, chamando atenção para as questões de segurança sanitária e limitações administrativas, que há uma diferença entre abertura e protocolo de abertura, que estão sendo desenhados em várias instituições e que no próprio conselho há uma gama de instituições que podem contribuir para o protocolo, mas que o momento não é de pessoas irem aos parques e sim de ficarem em casa, ressalta o risco para as comunidades no entorno do parque e sugere que as informações sobre o HCI sejam incluídas no documento. Luciano antes de entrar na pauta sobre concessões traz as orientações que cada bandeira possui para parques e reservas naturais, vermelha proíbe visitação e permite circulação de até 50% dos trabalhadores, laranja até 25% de público e 50% de trabalhadores e na bandeira amarela até 40% de público e 50% de trabalhadores, além dos protocolos obrigatórios como fornecimento de máscaras, distanciamento, teto de ocupação, higienização, EPIs, proteção do grupo de risco, afastamento dos casos, cuidados no atendimento ao público, atendimento diferenciado ao grupo de risco. Luciano lembra que o PEI tem condições para restringir mais os critérios a nível do Parque ou baseado nas diretrizes do município. Sobre as concessões Luciano pede para que sejam participativos no que ele for apresentar e questionar o que quiser, apesar de que até o momento não foi definido nada além da participação dos bancos e das empresas que estão sendo direcionadas essas modelagens de concessão, fala que as primeiras conversas sobre concessão foram com a UNOPS, mas que não findaram em um contrato, então surgiu à oportunidade com BNDES e BRDE, no caso BNDES atua junto ao Instituto Semeia e BRDE junto a FGV, ainda diz que foram apresentadas as UCs às instituições e foram escolhidas de acordo com os potenciais e no caso do PEI os dois bancos viram potenciais no parque, mas foi feito uma divisão, BNDES e Semeia ficaram com estudos do P.E. do Tainhas, P.E. do Turvo, P.E. do Delta do Jacuí e o Jardim Botânico, já o BRDE junto a FGV ficaram com os estudos sobre o P.E. de Itapuã. Luciano apresenta imagens de reuniões dessas instituições com a SEMA, onde foram avaliadas as situações particulares das áreas dentro de cada UC, situação dos processos, planos de manejo, zoneamento e levantamento fundiário. No croqui apresentado, o PEI é classificado com P4, P5, P6 e CV como áreas de uso intensivo, as trilhas não necessariamente como de uso extensivo, apresentando os pontos turísticos da região e pontos de importância no entorno, como o HCI, restaurantes e pousadas. A seguir, Luciano da exemplos de atividades e espaços que poderiam acontecer no PEI, traz um texto sobre objetivos da concessão extraído da Minuta do Aparados da Serra, também mostrando as Intervenções Obrigatórias do PNAS, fruto em parte de consulta pública, entre criação de novas estruturas e reformas. Luciano entra em percepções pessoais sobre o modelo de uso público e admira a proposta de coletividade nas refeições, como piqueniques ou churrasco, apresenta algumas ideias de camping e hospedagem mostrando exemplos de outros países, sobre transporte mostra exemplos de meios coletivos ou individuais de traslado dentro do parque, sobre trilhas cita as passarelas suspensas que propiciam para que todos possam acessar uma área natural para contemplação, apresenta plataformas de diagnóstico do uso público elaborado pela Universidade Estadual do Colorado, o objetivo do diagnóstico é avaliar entre experiências primitivas, infraestrutura e acessibilidade e também estudar as oportunidades comerciais no entorno, no slide seguinte fala sobre dois objetivos principais que se tenta buscar sendo eles: a construção participativa do uso público da UC embasada nos objetivos fundamentais da UC; atuar junto aos indicativos internos, como área natural, estruturas artificiais e as condições administrativas, e variáveis externas, como atrações regionais, acessos, estabelecimentos e contexto socioeconômico da região. Após encerrar a apresentação, Henrique pergunta sobre a concessão, se será para pequenos negócios, ou se irá contemplar somente uma empresa com todo o parque, Luciano responde que é um dos programas discutidos dentro do modelo, qual será o formato jurídico, diz ser cedo para afirmar qual será, dá uma ideia de 120 meses de duração de uma concessão e que pelo porte e nível de infraestrutura do PEI, acredita que não irá necessitar de grandes investidores e que ainda pode ter a possibilidade de terceirizar alguns serviços. Henrique diz que acredita que os estabelecimentos locais tem toda a capacidade para sustentar uma concessão em conjunto. Fioreze agradece pela presença do Luciano estar ali ouvindo as opiniões do Conselho e dando sequência às decisões e que cabe ao espírito democrático dos gestores trabalharem com a inteligência coletiva para uma melhor decisão, diz em nome do IFRS que é uma grande oportunidade de reconexão da comunidade do entorno com o PEI, do ecossistema natural e o socioecossistema, que há muitos ativos socioculturais que devem ser integrados, citando o HCI, Colônia Japonesa, Reforma, arrozeiros, Vila de Itapuã, concordando com o Henrique em ser fundamental um modelo cooperativo ou associativo entre as partes locais. Finaliza se colocando à disposição como IFRS e coordenador de extensão e do Ecoviamão, tendo no IFRS eixo de gestão, marketing, gestão ambiental, economia e sociologia. Felipe Viana pergunta se já existe um termo de referência ou metodologia em relação ao estudo, qual o nível de participação que o Conselho e a comunidade terão, pois há o receio do entorno não ser incluído e do público atual do Parque ser excluído, diz que acompanhou o processo de proibição de churrasco na Lagoa do Peri e teve um retorno positivo, o público passando a fazer piqueniques e tendo uma maior circulação e reconhecimento, mas que gostaria de ver algum termo de referência sobre o modelo, pois uma parte da comunidade está preocupada com a ideia de parceria privada pelas experiências nas condições de trabalho terceirizadas. Luciano responde que ainda é muito cedo para afirmar, que o Conselho já está mais adiantado que os próprios investidores, disse que acompanhou o Instituto Semeia em processos de concessão de UCs, mas que sobre a FGV ainda não tem experiências para saber como será e que ainda não há um TR nem modelo de contrato com o BRDE. Felipe Rangel lembra que o plano de manejo tem que estar contemplado no termo de referência. Omara também concorda que faz falta um termo de referência para poder exercer as potencialidades das instituições parceiras, pede para que as informações sejam mais organizadas e pontuadas para que não ocorram surpresas ou urgências em decisões. Luciano diz que futuramente terá informações mais concretas e técnicas para repassar, fala de fragilidades no plano de manejo do PEI, menciona uma trilha da ponta do farol até uma prainha, do manejo de exóticas na praia de fora, se possível um acesso até a Lagoa Negra, considerada uma área de uso extensivo, mas para se discutir em outro momento. Gestora Dayse agradece pela disposição e transparência do Luciano em estar trazendo o panorama da situação das concessões, que numa próxima reunião se trate especificamente do assunto, com pautas definidas, agradece a participação de todos. Luciano diz que as atividades que o PEI já promove devem ser mantidas e preservadas mesmo com a concessão, agradece a presença de todos. Gestora Dayse contempla Rosária que estava sem microfone durante a reunião citando o que ela escreveu sobre a Emater ter uma Unidade de Cooperativismo e Viamão possui cooperativas de pequeno e médio porte que podem ser incluídas no debate. A reunião se encerra às dezoito horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar. Eu, Uriel Silva Freitas, Estagiário do PEI, lavrei a presente Ata, que ao ser aprovada, será assinado por mim juntamente com a Presidente do Conselho Consultivo.

 **Dayse Aparecida dos Santos Rocha Uriel Silva Freitas**

 Presidente do Conselho Consultivo Estagiário SEMA

 **Parque Estadual de Itapuã Parque Estadual de Itapuã**